

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.331 - RS (2019/0221701-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : RÉGIS BIGOLIN - RS059575
CAMILA TICIANE ROSA MENDES - RS057166
IGOR HAMILTON MENDES - RS061815
FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277
MICHELLE BUKOR DE CASTRO FREITAS - RS101574
AGRAVADO : CLAUDIO ROBERTO CHIELE
AGRAVADO : ELOIZA PORTUGAL COSTA LEITE
AGRAVADO : ERNANI SCHMITT
AGRAVADO : JORDAO ANGELO CALLEGARI
AGRAVADO : LUIZ CARLOS VASCONCELLOS COELHO
ADVOGADO : MAGALI LOPES FRAGA - RS105379

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.501):

AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ART. 485, V E IX DO CPC. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO DE LEI E ERRO DE FATO. INOCORRÊNCIA. AUXÍLIO CESTA ALIMENTAÇÃO. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL ACERCA DA NATUREZA DA VERBA QUE NÃO PERMITE O CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA. Indeferimento da Inicial. Afasta-se a presente prefacial, porquanto preenchidos os requisitos exigidos pelo artigo 488 e 282 , reproduzido pelos arts. 968 e 319 do novo Código de Processo Civil. Ademais, os fundamentos esposados pela parte demandada se confundem com o mérito e com ele deverão ser analisados.

MÉRITO. Não se vislumbra no presente caso, a violação literal de lei (face aos arts. 7º, inciso XXVI, e art. 202, caput e par. 2º, ambos da Constituição Federal; art. 3º, par. Único, da Lei Complementar n. 108/01, e art. 3º, da Lei 6.321/76), bem como (b) erro de fato ao admitir fato inexistente, porquanto fundamentada a decisão em entendimentos jurisprudencial admissível e sedimentado à época da prolação da decisão, atraindo a vedação contida no verbete n. 343 do STF. Mudança de entendimento firmada no Entendimento do STJ no julgamento, pela Corte Especial, do EAREsp nº 397.326/MG. AÇÃO

RESCISÓRIA IMPROCEDENTE.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, sustentou a parte ora agravante violação dos arts. 485, V e IX, do Código de Processo Civil de 1973; 966, V e VIII, do Código de Processo Civil de 2015; 3º e 6º da Lei Complementar nº 108/2001. Argumentou, em síntese, a existência de erro de fato acerca do caráter indenizatório e não remuneratório das parcelas indevidamente estendidas na ação de complementação de benefício complementar, referentes ao auxílio cesta-alimentação.

Assim delimitada a questão, passo a decidir.

É certo que a Segunda Seção, ao examinar o RESP 1.023.053/RS, em julgamento encerrado em 23.11.2011, alterando posicionamento anterior, afastou a inclusão do auxílio cesta-alimentação aos proventos de complementação de aposentadoria pagos por entidades fechadas de previdência privada, em razão da vedação expressa do art. 3º da Lei Complementar 108/2001, em razão da prévia formação de fonte de custeio do plano de benefícios.

Posteriormente, essa orientação foi ratificada pela Segunda Seção, no julgamento do RESP 1.207.071/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C), de que também fui a Relatora, em julgamento concluído em 27.6.2012, no sentido de que o auxílio-alimentação ou qualquer designação que lhe seja atribuída - cesta, vale, cheque, entre outros - tem natureza indenizatória, tendo sido concebido com a finalidade de proporcionar a aquisição de gêneros alimentícios pelo trabalhador, na vigência do contrato de trabalho, motivo pelo qual o valor correspondente não se incorpora aos proventos de complementação de aposentadoria.

Com relação aos abonos único e de dedicação integral único, a Segunda Seção desta Corte, ao examinar o RESP 1.425.326/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos, em julgamento concluído em 28.5.2014, entendeu aplicável o art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar 108/2001, para concluir vedado repasse aos proventos de complementação de aposentadoria, de abonos e vantagens de qualquer natureza, em razão da ausência de previsão de fonte de custeio para o pagamento.

No caso em exame, todavia, o acórdão rescindendo foi proferido muito antes

desses julgamentos, mediante acórdão proferido na apelação cível n. 70020131769, publicado no dia 15.2.2008, motivo pelo qual tem aplicação a orientação da Corte Especial deste Tribunal, no sentido de que não é admissível a ação rescisória, com fundamento no artigo 485, I, do CPC/73, quando o acórdão rescindendo estiver fundamentado em entendimento jurisprudencial admissível à época de sua prolação, visto que não se vislumbra, nesses casos, violação frontal e direta a literal dispositivo de lei ou interpretação teratológica.

A ementa do referido julgado tem o seguinte teor:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS. ART. 495 DO CPC. SÚMULA N. 401/STJ. COISA JULGADA "POR CAPÍTULOS". INADMISSIBILIDADE. SFH. UTILIZAÇÃO DO IPC (84,32%) NO MÊS DE ABRIL DE 1990. ADOÇÃO DA TAXA REFERENCIAL (TR) COMO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA (LEI N. 8.177/1991). VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. ART. 485, V, DO CPC. SÚMULA N. 343/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

1. A violação do art. 535 do CPC não se configura na hipótese em que o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se sobre a questão controvertida nos autos, não incorrendo em omissão, contradição ou obscuridade.

2. O prazo decadencial de 2 (dois) anos para a propositura da ação rescisória inicia com o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, que se aperfeiçoa com o esgotamento dos recursos cabíveis ou com o transcurso do prazo recursal, a teor do que dispõe a Súmula n. 401/STJ: "O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial".

3. É incabível o trânsito em julgado de capítulos da sentença ou do acórdão em momentos distintos, a fim de evitar o tumulto processual decorrente de inúmeras coisas julgadas em um mesmo feito.

4. A ação rescisória, fundada no art. 485, V, do CPC, pressupõe violação frontal e direta de literal disposição de lei, sendo certo, ainda, que a adoção pela decisão rescindenda de uma dentre as

interpretações cabíveis não enseja a rescisão do decisum.

Incidência da Súmula n. 343/STF: "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

5. No caso concreto, diversamente da atual jurisprudência, o acórdão rescindendo (transitado em julgado em 19/12/2001), embasado em uma das interpretações possíveis à época do julgamento (15/8/2000), decidiu pela aplicação do BTNf para a correção monetária do saldo devedor dos contratos do SFH no mês de março de 1990, no percentual de 41,28% (quarenta e um inteiros e vinte e oito centésimos percentuais), bem como pela impossibilidade de aplicação da TR nos contratos de financiamento habitacional celebrados antes da Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991, sob pena de locupletamento.

6. A pacificação da jurisprudência desta Corte em sentido contrário e posteriormente ao acórdão rescindendo não afasta a aplicação do enunciado n. 343 da Súmula do STF.

7. Firmado o posicionamento deste Tribunal Superior quanto à interpretação de determinada norma infraconstitucional, torna-se cabível a ação rescisória contra julgado proferido em data posterior à pacificação, desde que contrário ao entendimento que se consolidou no STJ, afastando-se, em tal hipótese, a incidência do referido enunciado sumular.

8. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 736.650/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, CORTE ESPECIAL, DJ 01/09/2014.)

Ressalto que, mais recentemente, a Corte Especial ratificou essa orientação, ao examinar especificamente o cabimento de ação rescisória em que se buscava desconstituir acórdão que determinou a inclusão aos proventos de complementação de aposentadoria pagas por entidade fechada de previdência privada, das parcelas referentes ao benefício denominado cesta-alimentação concedido aos empregados em atividade no patrocinador da entidade, hipótese idêntica ao tema em discussão nos autos.

Destaco que, nesse julgamento, ficou registrado, a propósito, que o mesmo entendimento prevaleceu no âmbito do Supremo Tribunal Federal, conforme mencionado na ementa, assim redigida:

PROCESSUAL CIVIL. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DA JURISPRUDÊNCIA. MANEJO DE RESCISÓRIA PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO. DESCABIMENTO. SÚMULA 343/STF.

1. O acórdão embargado firmou entendimento de que, exercido o direito de rescindir eventual provimento judicial dentro do prazo legal, não seria legítima a manutenção de entendimento contrário à jurisprudência das Cortes Superiores, ainda que o alinhamento favorável ao autor da rescisória tenha ocorrido após a prolação da decisão que se pretende desconstituir, entendimento que destoa de manifestação já exarada pela Corte Especial do STJ de que a alteração jurisprudencial posterior ao trânsito em julgado da decisão rescindenda não autoriza o manejo da excepcional ação.

2. O STF, em repercussão geral, no julgamento do RE 590.809/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, reiterou a inviabilidade de propositura de ação rescisória para fins de adequação do entendimento acobertado pelo manto da coisa julgada a posterior alteração jurisprudencial, o que reforça a atualidade e o vigor dos preceitos da Súmula 343 daquela Corte Suprema - "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

3. No caso dos autos, a sentença objeto da rescisória transitou em julgado em 2010, garantindo ao embargante "repassar (...) a verba denominada 'auxílio cesta-alimentação' sempre que prevista nas Convenções coletivas de Trabalho firmadas pela categoria dos bancários", entendimento que encontrava amparo na jurisprudência desta Corte à época.

4. O entendimento até então predominante somente alcançou alteração em dezembro de 2011, quando a Segunda Seção passou a reconhecer que o auxílio-alimentação não teria extensão aos inativos, sendo legalmente vedado a pretensão de que as entidades de previdência privada arcassem com a diferença decorrente dos aumentos concedidos aos ativos a referido título. REsp 1.023.053/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/11/2011, DJe 16/12/2011.

5. Portanto, a alteração jurisprudencial quanto à inviabilidade de inclusão do auxílio cesta-alimentação nos proventos de complementação de aposentadoria pagos por entidade fechada de

previdência privada posterior à manifestação transitada em julgado não autoriza o manejo da ação rescisória, conforme já destacado. Embargos de divergência providos.

(EAREsp 397326 / MG, Relator Ministro Humberto Martins, 26.10.2016.)

A propósito, o referido acórdão do STF tem a seguinte ementa:

AÇÃO RESCISÓRIA *VERSUS* UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.

O Direito possui princípios, institutos, expressões e vocábulos com sentido próprio, não cabendo colar a sinonímia às expressões “ação rescisória” e “uniformização da jurisprudência”.

AÇÃO RESCISÓRIA – VERBETE Nº 343 DA SÚMULA DO SUPREMO.

O Verbetes nº 343 da Súmula do Supremo deve de ser observado em situação jurídica na qual, inexistente controle concentrado de constitucionalidade, haja entendimentos diversos sobre o alcance da norma, mormente quando o Supremo tenha sinalizado, num primeiro passo, óptica coincidente com a revelada na decisão rescindenda.

(RE 590.809/RS, Relator Ministro Marco Aurélio, DJ 24.11.2014.)

A data relevante para se aferir se o acórdão rescindendo é passível de rescisão, em face do óbice da Súmula 343/STF, é a data em que foi ele prolatado e não a do trânsito em julgado, que pode ter sido bastante posterior, em função de recurso julgado insusceptível de conhecimento.

Encontrando-se o entendimento do acórdão recorrido em consonância com essa orientação, tem aplicação a Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora